

**O ENSINO NA DITADURA CIVIL-MILITAR, A DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E O COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE: uma revisão de literatura na perspectiva da ANPED**

**TEACHING IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP, THE DISCIPLINE MORAL AND CIVIC EDUCATION AND THE COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE: a literature review from the perspective of ANPED**

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves<sup>1</sup>

**RESUMO**

O texto pretende estabelecer uma análise sobre estudos que enfocam o ensino durante a Ditadura Civil-Militar, a disciplina Educação Moral e Cívica e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte no repositório da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), tendo como referência para busca os anais dos Encontros Nacionais no período de 2010 a 2020. O intuito de realizar esta busca é o de observar nestes estudos as suas opções metodológicas e teóricas, de modo a possibilitar uma compreensão sobre a produção acadêmica dos temas em destaque. É importante salientar que os temas indicados para busca compreendem uma proposta de pesquisa a ser desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). A partir desta busca, o que se observa é que, apesar de apresentar uma incidência reduzida de estudos sobre os temas, estes trazem abordagens como a construção de um espaço escolar conservador, o ambiente de excelência do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte e o contexto histórico repressivo que se configurava no Brasil.

**Palavras-chave:** ANPED; História da Educação; Ditadura Civil-Militar.

**ABSTRACT**

The text intends to establish an analysis of studies that focus on teaching during the Civil-Military Dictatorship, the discipline Moral and Civic Education and the Central State College of Belo Horizonte in the repository of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPED), having as a reference for searching the annals of the National Meetings in the period from 2010 to 2020. The purpose of carrying out this search is to observe in these studies their methodological and theoretical options, in order to enable an understanding of the academic production of the highlighted themes. It is important to note that the topics indicated for search comprise a research proposal to be developed with the Graduate Program in Education at the State University of Minas Gerais (UEMG). From this search, what is observed is that despite presenting a reduced incidence of studies on the themes, they bring approaches such as the construction of a conservative school space, the environment of excellence of the Colégio Estadual Central de Belo Horizonte and the historical context repression that was taking shape in Brazil.

**Keywords:** ANPED; History of Education; Civil-Military Dictatorship.

**INTRODUÇÃO**

Com base na configuração metodológica da revisão de literatura, o objetivo deste estudo é analisar a produção acadêmica apresentada junto a reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), entre os anos de 2010 e 2020, com as temáticas *Ensino*

---

<sup>1</sup> Mestrado em Educação e Formação Humana pela UEMG. Professor de História nas redes estadual e privada de Papagaios-MG. E-mail: bruno.guimaraes@educacao.mg.gov.br

*na Ditadura Civil-Militar, Educação Moral e Cívica e Colégio Estadual Central de Belo Horizonte*, no intuito de observar nesses estudos as suas opções metodológicas e teóricas, de modo a possibilitar uma compreensão sobre a produção acadêmica dos temas em destaque.

A escolha pelos anais das reuniões nacionais da ANPED se dá devido à importância que a associação delimita no Brasil no que tange ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa na pós-graduação na área da educação; e tendo entre os seus grupos de trabalhos um direcionamento exclusivamente para a História da Educação, o GT-2. Mas é importante salientar que, além do GT-2, a pesquisa também idealizou buscas em outros grupos como: GT-5 Estado e Política Educacional, GT-12 Currículo, GT-14 Sociologia da Educação e GT-17 Filosofia da Educação para ampliar o campo de busca sobre as temáticas propostas<sup>2</sup>.

O estudo se estrutura em uma pesquisa qualitativa, já que tende a obter uma análise sobre a trajetória da pesquisa acadêmica, no que diz respeito a abordagens temáticas, teóricas e metodológicas, o que possibilitará a compreensão de estudos produzidos sobre as temáticas ensino e a Ditadura Civil-Militar, a disciplina Educação Moral e Cívica e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte e, assim, verificar as lacunas de pesquisas pertinentes para a construção de estudos posteriores sobre os temas.

## **1. DESENVOLVIMENTO**

Estabelecer uma revisão de literatura é um dos passos fundamentais para se pensar no desenvolvimento de uma pesquisa; buscar a compreensão do tema proposto através de um levantamento e análise de estudos que tratam da temática é de suma importância para se ter ideia da relevância do estudo e as brechas que o tema ainda possibilita para a execução de um estudo.

No que compreende uma revisão de literatura, Silva e Menezes (2005) destacam que:

---

<sup>2</sup>A escolha por pesquisar outros GTs da ANPED se deu devido à proposta de busca ter consonância com os possíveis trabalhos desenvolvidos pelos grupos; o GT-5 devido ser um grupo que analisa políticas públicas em educação: relações governamentais e de articulação entre atores diversos, processos de formulação e implementação de políticas em educação, e por se tratar de uma observação sobre ações governamentais ligadas à educação na época da Ditadura se fez necessária a busca; o GT-12 por ser espaço para discussão sobre referências teórico-epistemológicas e metodológicas sobre o currículo, sabendo-se que durante o período em questão houve uma reconfiguração do currículo escolar a partir das chamadas reformas educacionais; e por fim, os GTs 14 e 17 já que o estudo propõe analisar a produção acadêmica sobre a disciplina Educação Moral e Cívica que, ao ser composta, enquanto obrigatória nas bases curriculares, veio para substituir as disciplinas de Filosofia e Sociologia, por isso a importância de verificar se havia algum estudo demonstrando esta mudança curricular no que diz respeito às disciplinas.

Uma revisão de literatura resultaria do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhido. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e ou problema da pesquisa.

Assim sendo, para compreender o tema em questão, torna-se necessário consultar qual o “estado da arte” em que este se encontra entre os trabalhos acadêmicos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação por todo o território nacional, através de uma revisão de literatura. Pensar na revisão de literatura ainda é estabelecer este processo como fundamental para a construção de uma pesquisa. Isto fica evidente quando Luna (2011, p. 46) nos diz que, diante da realidade da modelação de uma pesquisa, “há um guia infalível [...] a literatura. É por essa razão que nenhuma pesquisa pode prescindir de um completo trabalho de revisão de literatura pertinente ao problema”.

Além disso, Luna (2011, p. 86) ainda esclarece que o objetivo da revisão de literatura é “familiarizar o pesquisador com o que já foi investigado sobre um determinado problema de interesse”.

Para construção de uma revisão de literatura, é preciso definir, primeiramente, o modelo que irá proceder a sua construção. É importante lembrar neste sentido que a revisão possui um objetivo que é determinado a partir do modelo do qual se faz pertinente, como Estado da Arte, revisão teórica, revisão de pesquisa empírica e a revisão histórica.

Nesse contexto, o presente estudo recorrerá à chamada revisão de pesquisa empírica que, nas palavras de Luna (2011, p. 90), se caracteriza como “uma das funções mais importantes desta revisão é a explicação de como o problema em questão vem sendo pesquisado, especialmente do ponto de vista metodológico”.

Demarcou-se como referência inicial o repositório da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A escolha pelo repositório deu-se devido à importância que a ANPED possui, no que diz respeito à divulgação de estudos e pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação em educação pelo Brasil. Para realização do levantamento junto à ANPED, este se restringiu à busca nos anais dos encontros nacionais no recorte dos últimos 10 anos, ou seja, entre 2010 e 2020. Essas buscas foram idealizadas nos seguintes grupos de trabalho: GT-2 História da Educação, GT-5 Estado e Política Educacional, GT-12 Currículo, GT-14 Sociologia da Educação e GT-17 Filosofia da Educação.

Como critério inicial, a busca se efetivou tendo como temáticas o ensino durante a Ditadura Civil-Militar, a disciplina Educação Moral e Cívica e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. A escolha dessas temáticas foi em razão de um interesse mais amplo de

entender a relação entre a proposta educacional desenvolvida pelos militares, passando pela instituição da disciplina Educação Moral e Cívica, e sua relação com o ambiente institucional do Estado brasileiro nesse momento, marcado por uma política repressiva e de silenciamento de forças políticas e sociais ditas subversivas, entre esses estudantes.

Considerando o recorte estabelecido para a busca, este englobou cinco reuniões nacionais realizadas nos anos de 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017, e, ao todo, foram encontrados 521 trabalhos espalhados pelos GTs que foram utilizados para o estabelecimento desta pesquisa. Ao final desta busca e a idealização de uma análise textual dos resumos dos estudos, se chegou a três estudos que se fizeram presentes diante os descritores usados para este levantamento, e os estudos encontrados foram os descritos no quadro abaixo, detalhando o tema, título, autor, GT, ano e resumo.

### **Quadro 1 – Trabalhos encontrados**

<b>Trabalhos usados na fundamentação da revisão</b>					
<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>	<b>Resumo</b>
	Entre sombras e ameaças: os artigos do intelectual Anísio Teixeira no Jornal. Folha de São Paulo em 1968.	Fernando César Ferreira Gouveia– UFRRJ.	ANPED/GT-2	2013	Este trabalho tem como objeto de estudo os artigos de autoria do intelectual Anísio Teixeira que foram publicados pelo jornal Folha de São Paulo entre junho e dezembro de 1968, que são fontes primárias e não aprofundadas pela historiografia da Educação no Brasil. Quanto à metodologia, a História Cultural será o lastro para as indagações de caráter qualitativo, documental e bibliográfico sobre os seguintes aspectos: os conteúdos dos artigos; a relação entre a escalada de violência das forças de repressão e os temas abordados pelo articulista; a contribuição deste conjunto de artigos para a historiografia da educação brasileira e quais pontos que ainda permanecem candentes para a sociedade brasileira no tempo presente.
Ensino na Ditadura Civil-Militar.	Juventude e pensamento conservador no Brasil, a constituição de uma “vanguarda” brasileira em tempos da Ditadura Civil-Militar (1961-1970).	Katya Mitsuko Zuquim Braghini – PUC/SP.	ANPED/GT-2.	2015	Este trabalho apresenta a imagem de juventude nos anos 1960 e 1970 construída a partir dos artigos publicados na Revista da Editora do Brasil, um clipping educacional. Por se apresentar notadamente favorável ao governo autoritário, este periódico pode ser considerado uma contraface da juventude que à época se manifestava contrária ao fechamento do regime. Organizou-se um projeto de juventude buscando o sujeito mais conveniente aos projetos de país. A pesquisa indicou uma aversão à rebeldia e à mobilização estudantil; um medo generalizado pela tomada de espaços e ritos dos adultos pelos jovens; a desqualificação do ensino bacharelesco, formador de elites condutoras como caminho político; um plano de “saneamento” e idealização do jovem que seria apropriado, muito mais como modelo para seus pares desmobilizados, do que para o ajustamento daqueles que se manifestavam de formas “inadequadas”.

Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.	A produção social da excelência no ensino secundário: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1964).	(Aleluia Heringer Lisboa – UFMG).	ANPED/GT-2	2015	O texto tem como objetivo analisar a construção social da excelência no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, escola pública de referência no ensino secundário de Minas Gerais. Foi contemplado o período entre a implantação da nova sede em 1956 e a criação de sedes anexas (para ampliação do acesso à instituição) e o fim do regime democrático em 1964. Tais acontecimentos marcaram uma ruptura com as representações de excelência e liberdade, elementos identitários da instituição.
---	---	-----------------------------------	------------	------	--

**Fonte: Elaborado pelo autor.**

## **2. O ENSINO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Os militares, assim que alcançaram o poder através do Golpe Civil-Militar de 1964, constituíram um governo moldado sobre os valores da Doutrina da Segurança Nacional, que passaria a ser a base de sustentação de uma cultura política que teria como principais marcas o autoritarismo e o cerceamento das liberdades individuais. Era o pilar de sustentação do discurso desse modelo de governo que estava se constituindo.

É importante ressaltar a construção deste princípio político que se tornou tão evidente na estrutura governamental do Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar. E neste sentido, em suas palavras, Giannazi (2013, p. 66) salienta que:

A Doutrina começou a ser redigida no momento em que se instaurava no mundo a bipolaridade da Guerra Fria [...]. [...] teve duas vertentes originárias principais, a francesa e a norte-americana. Foi, portanto, uma reação de começo praticamente simultânea nos Estados Unidos e na França e se estendeu para vários países, notadamente da América Latina. Essa propagação ocorreu em função de alianças militares e tratados internacionais político-militares, altamente estimuladores desse gênero de pensamento [...].

No Brasil, a constituição da Doutrina da Segurança Nacional ficou a cargo dos membros da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição criada no ano de 1949 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, com o intuito de constituir “estudos dos temas que integrariam como Conceito Estratégico Nacional, os quais serviram de base para o posterior desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional [...]” (GIANNAZI, 2013, p. 78).

Além de uma base militarizada de formação, a Doutrina de Segurança Nacional também teve a participação de importantes órgãos civis de viés conservador, no que diz respeito à sua formação. Nesse ponto destacamos o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> IPES e IBAD foram agrupamentos civis que participaram da criação da Doutrina de Segurança Nacional, o IPES se dedicou à coleta de dados e informações, além da coordenação de campanhas e ações nos meios civis, enquanto

Nas palavras de Giannazi (2013, p. 79), as funções desses institutos eram: “dedicar (-se) na coleta de dados e informações, além da coordenação de campanhas e ações políticas nos meios civis no que tange o IPES, já o IBAD financiava eleições e campanhas políticas dos candidatos que eram favoráveis às suas posições”.

Assim o que podemos colocar é que

O objetivo da Doutrina era reorganizar o Estado brasileiro em outros moldes. Tal organização seria necessária em um mundo dividido, partindo-se do princípio de que já tínhamos o inimigo entre nós, os agentes de Moscou. E agravando o problema da sobrevivência do Brasil na esfera ocidental, dada a incapacidade das elites políticas civis em exercer o governo com a segurança necessária, urgia que a estrutura de poder fosse modificada. Modificação a ser feita em nome da eficiência, em função da segurança diante do perigo vermelho (GIANNAZI, 2013, p. 87).

Diante desse novo contexto e nesse propósito de reorganização do Estado brasileiro contra o inimigo vermelho que tanto temiam os grupos conservadores, a política proposta pela Doutrina Nacional de Segurança estabelecia um modelo de governança na qual este problema teria como solução “[...] a promoção preventiva e repressiva da segurança (contra os agentes subversivos) e o desenvolvimento econômico em relação aos problemas sociais [...]” (GIANNAZI, 2013, p. 84).

É perante essa realidade que se moldava o pós-Golpe Civil-Militar de 1964, no qual os valores da doutrina foram se tornando cada vez mais evidentes em diversos campos da sociedade e se tornando, assim, um instrumento multidisciplinar, como volta a citar Giannazi (2013, p. 86), pois,

Defensora da modernização do país, não poderia deixar de se vincular à política – a esfera da atuação normatizadora [...] a doutrina teria que se relacionar com a ciência econômica e, assim, praticamente não havia campo do conhecimento humano que não fosse tomado como fornecedor de subsídios intelectuais para a criação daqueles corpus.

Ainda nesta mesma percepção de interdisciplinaridade e avanços dos seus valores, Giannazi (2013, p. 82) continua expressando que a doutrina

Completaria igualmente outros conteúdos, entre eles os temas sociais, políticos, econômicos, educacionais, uma vez que desde os primeiros anos essa escola de pensamento militar entendeu que a segurança brasileira não podia ser vista separadamente do desenvolvimento econômico e da situação social do Brasil.

---

o IBAD financiou eleições e campanhas políticas dos candidatos que eram favoráveis às suas posições (GIANNAZZI, 2013).

É diante desse contexto que é possível visualizar a constituição de um modelo educacional de ensino pós-Golpe Civil-Militar de 1964, direcionado para as linhas da modernização e constituição de qualificação tecnicista para este desenvolvimento, e, em simultâneo, a consolidação de um projeto de ensino que inibia a constituição de um pensamento crítico, tendo o civismo como sua principal fonte de inspiração.

Assim, o discurso dos militares ditadores que governavam o país tinha como base a necessidade de se criar condições viáveis para que o progresso econômico fosse alcançado, sendo as reformas idealizadas visando à concretização deste objetivo. Por isso, a importância de se estabelecer um novo padrão de ensino, que teria como base os ideais pregados pelos governantes, com o apoio dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional.

No que diz respeito a esse contexto educacional, é importante salientar como esse modelo se efetivou, e dessa forma, como cita Vieira (2015, p. 311):

[...] a trajetória da Educação brasileira seguiu nova orientação de acordo com os interesses impostos pela classe dirigente. Esta trajetória recebeu contribuições de John Hilliard, de Rudolph Atcon, dos Acordos MEC-USAID [...] da Comissão Meira Matos.

Foi perante essa realidade constituída por acordos externos e ações internas ligadas aos valores da Doutrina de Segurança Nacional que, ao longo do período do governo dos militares, foi realizada uma série de reformas no contexto educacional, estabelecendo uma nova caracterização para o sistema de ensino que, segundo Vieira (2015, p. 310-311), tinha como objetivo a “qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Percebe-se que a reestruturação da educação no país propunha um modelo de ensino que tinha como foco principal a formação profissional, ou seja, seu propósito seria qualificar o jovem para o mercado de trabalho e inseri-lo em um processo econômico voltado ao pleno desenvolvimento do país – esta seria a base fundamental para o exercício da cidadania. Tal ideia fica clara nas palavras de Abreu e Filho (2006): “[...] no ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, proporcionado pela livre competitividade. Assim deveria ser a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros: centralizada no Estado e por ele vigiada”.

E quando se trata do tema “Ensino e a Ditadura Civil-Militar” no contexto da pesquisa acadêmica, é possível perceber que ainda é um tema de estudo em construção no Brasil. E para evidenciar essa questão, é possível verificar apenas dois estudos com a temática no contexto de pesquisas apresentadas na ANPED, ambos os estudos estão inseridos no Grupo de Trabalho 2 “História da Educação”.

O primeiro estudo encontrado foi apresentado na 36ª Reunião Nacional da ANPED, realizada na cidade de Goiânia, e este se intitula como *Entre sombras e ameaças: os artigos do intelectual Anísio Teixeira no Jornal Folha de São Paulo em 1968*. Apesar de tratar da temática sobre o ensino na Ditadura Civil-Militar, o artigo não apresenta diretamente um estudo sobre o contexto educacional do período, o mesmo apresenta como objetivo estabelecer uma análise sobre os textos produzidos pelo professor Anísio Teixeira no ano de 1968, ano no qual se observa uma efervescência política externa e interna devido à construção de diversas manifestações conduzidas por jovens inspirados no chamado Maio Francês e nas ações contrárias à manutenção da Guerra do Vietnã nos Estados Unidos. No Brasil, o que se verifica é o endurecimento da Ditadura, tendo como auge a instituição do Ato Institucional Número 5 – AI-5.

O estudo apresenta as seguintes problematizações:

Quais os conteúdos dos artigos? Que imbricações existiram entre a escalada da violência do governo de exceção? Quais os ideários presentes nos textos que já permeavam a obra de Teixeira no decorrer da sua trajetória intelectual e quais eram as novas preocupações? Qual a contribuição deste conjunto de artigos para a historiografia da educação? Quais pontos que ainda permanecem candentes para a sociedade brasileira no tempo presente? (GOUVÊA, 2013).

O estudo usa como principal fonte os artigos produzidos no Jornal Folha de São Paulo no ano de 1968, ano que marca uma mudança de postura editorial do periódico, já que passa a se posicionar sobre “uma postura independente como críticas moderadas ao governo federal” (GOUVÊA, 2013).

No que diz respeito ao contexto educacional, o estudo se prende apenas em apresentar uma análise sobre “a promulgação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior...” (GOUVÊA, 2013).

Entre os artigos analisados ao longo da pesquisa no contexto educacional, pode-se destacar o momento em que o autor explana sobre “A rebelião dos jovens”, demonstrando a importância da atuação dos estudantes em movimentos de contestação contra o governo opressor; e quando retrata sobre o cenário educacional enquanto um local de liberdade.

Há também um momento no qual expressa maior atenção às reflexões sobre a juventude e o ensino universitário, quando busca compreender “os tons e as cores da contrarrevolução num processo de resistência às ideias retrógradas e antidemocráticas, utilizando como imagem os movimentos dos jovens [...]” (GOUVÊA, 2013).



E a abordagem historiográfica de que se faz uso é da História Cultural, apresentando como principal teórico Roger Chartier, usando, enquanto referência, a sua obra *História Cultural: entre práticas e representações*.

O segundo trabalho encontrado já foi apresentado na 37ª Reunião Nacional da ANPED, realizada na cidade de Florianópolis, com o título *Juventude e pensamento conservador no Brasil. A constituição de uma “Vanguarda brasileira” em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil (1961-1970)*. O seguinte estudo apresenta

[...] as representações de juventude em um período educacional de alta circulação da época [...] estudando a imagem que foi construída sobre a juventude nos anos de 1960 e 1970, a partir dos artigos produzidos e publicados na Revista da Editora do Brasil S/A [...] notadamente favorável ao governo autoritário instituído em 1964 (BRAGHINI, 2015).

Novamente, não é um estudo que trata diretamente da construção do espaço educacional a partir da legislação e das questões políticas que se faziam presentes perante a realidade governamental do Brasil, mas trata do espaço educacional enquanto formador de juventudes que se contrapunham no contexto político institucional que vivenciava a sociedade, pois, na concepção do estudo, havia uma juventude rebelde que se posicionava em oposição ao Regime Militar, enquanto o Estado buscava moldar outra juventude de características conservadoras para atender os seus anseios políticos e para contrapor aos chamados estudantes subversivos.

A principal fonte de pesquisa foram os periódicos que tinham uma posição editorial favorável à Ditadura Civil-Militar, como o Jornal Estado de São Paulo, O Estado de Minas, Folha de São Paulo, Correio da Manhã, Diário de Notícias, além da revista educacional já citada.

Nas palavras de Braghini (2015), a escolha por esses periódicos se deu devido a

Esses jornais [...] se posicionarem contra manifestações estudantis de rua. Deixavam evidente o apoio dos militares, criaram plataformas políticas em torno da “purificação dos jovens brasileiros”, de modo que se evitasse o aumento de manifestações ao regime político estabelecido.

No que diz respeito ao aporte teórico, o estudo de Braghini (2015), ao tratar da concepção de conservadorismo, se fundamentou em definições de Bobbio (1987), Carvalho (2005), Hirschman (1997) e Mayer (1997), e, já em relação ao estudo sobre imprensa, usa Chartier e Jena Hebrard (1996).

Ao final do estudo, o autor busca identificar duas concepções de juventudes que se faziam presentes no espaço educacional brasileiro no período, os denominados de “subversivos” e os “democráticos” diante uma visão conservadora de interpretação.

Os estudantes subversivos eram aqueles que “se posicionavam contra o movimento em torno do desenvolvimento do Brasil. Estudantes subversivos desaceleravam a marcha para o crescimento econômico [...]” (BRAGHINI, 2015).

E os estudantes ditos “democráticos” eram aqueles que atuavam “para causas que valessem a pena para o bem do país, para possibilidade de um futuro individual promissor [...]” (BRAGHINI, 2015).

Assim, o que o trabalho demonstra é que esses modelos de juventudes eram moldados de acordo com os padrões educacionais que se faziam presentes no país naquele instante, já que esses estudantes eram sujeitos de uma escola e as ações idealizadas no interior desta serviam de base para a constituição do sujeito fora da escola. É a partir dessa visão que se constituiu um modelo de ensino formado por princípios norteadores do Regime Militar e que passaram a ser inseridos no meio educacional como uma forma de barrar a subversão estudantil.

### **3. O COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE**

As instituições escolares vêm ganhando espaço cada vez mais condizente com a sua importância nas pesquisas direcionadas no campo da história da educação, tornando-se uma das temáticas mais recorrentes neste campo de estudo, principalmente a partir da década de 1990, momento no qual grupos de trabalhos foram se efetivando em diversas universidades.

Pesquisas direcionadas à temática das instituições escolares ganham destaque “mediante a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da História da Educação e de uma sociedade” (SILVA, 2009, p. 215).

No que se refere à inserção da temática no campo da História da Educação, é possível dizer ainda que estudos sobre a história de instituições escolares, segundo Silva (2009, p. 216), “[...] compreender o pensamento pedagógico das instituições educacionais e das práticas educativas, buscando simultaneamente os determinantes dos processos educativos e especificidades da educação em cada contexto histórico”.

E no que efetivamente se relaciona ao desenvolvimento da pesquisa, ainda seguindo as ideias colocadas por Silva (2009, p. 217), estes estudos buscam “diferentes categorias (que) são

utilizadas: livros de chamadas e de atas, antigos cadernos, livros didáticos e cartilhas, bem como fotografias e outros objetos de uso cotidiano nas escolas da época”, que se tornam fontes primordiais para consolidação destes estudos.

Além dos aspectos colocados acima, como possibilidades de constituição de fontes de pesquisa para o desenvolvimento de estudos ligados à história das instituições escolares, Saviani (2005, p. 30) destaca ainda a importância das práticas escolares diante dessa temática de análise:

[...] introdução das práticas entre os aspectos a serem considerados envolve uma mudança no critério que orientou a enunciação do tema da jornada, suscitando questões como: as práticas, então, não seriam abordadas em termos históricos? Se a instituição é, por definição uma unidade de ação, um sistema de práticas, como fazer história das instituições escolares sem considerar as suas práticas?

Enfim, pensando nesta temática peculiar da história das instituições escolares no campo da História da Educação, e relacionando este sobre o contexto histórico da cidade de Belo Horizonte, pensar no Colégio Estadual Central é essencial para se fundamentar uma análise histórica não apenas de uma instituição, mas de toda sociedade belo-horizontina com suas dinâmicas sociais e políticas.

O Colégio Estadual Central foi inaugurado em Belo Horizonte, no ano de 1943, para ser símbolo de uma nova capital que ainda buscava se estabelecer como centro urbano de grande relevância no cenário nacional. Isso fica claro nas palavras de Gouvea e Lisboa (2016): “O Colégio Estadual foi um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte, com o Complexo Arquitetônico da Pampulha [...]”.

E no que concerne ao período histórico a ser analisado neste estudo, a Ditadura Civil-Militar dentro do seu recorte cronológico (1969-1979), o Estadual Central se tornou não apenas referência educacional na cidade de Belo Horizonte, mas também se colocou como palco de grande intensidade política estudantil, em virtude da politização que os alunos constituíram entre eles, estabelecendo um dos mais importantes palcos do movimento estudantil na cidade.

Segundo Gouvea e Lisboa (2016),

Os alunos tinham no colégio intenso espaço de formação e atuação política, que ultrapassava o cotidiano escolar. Estavam em contato com diversas outras entidades, como o Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES). Paralelamente às UMES, no nível estadual existia a União dos Estudantes Católicos (UEC); no nível nacional, existia a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Colegial de Minas Gerais (UCMG); o Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE) [...].

Em relação ao Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, foi encontrado um único estudo apresentado na 37ª Reunião da ANPED de Florianópolis e com o seguinte título: *A produção social da excelência no Ensino Secundário: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1961)*. Estudo que apresenta enquanto recorte os anos de 1956 e 1964, escolha temporal que se deu, de acordo com a autora, pelo fato de “contemplar o ano de 1956 quando a escola [...] é transferida e reinaugurada no bairro de Lourdes [...] e a implementação de escolas anexas, em 1964, contemporâneo ao golpe militar [...]” (TEIXEIRA, 2015).

O estudo trata a questão da construção de um espaço escolar “sem muros”, criando uma conotação de liberdade por parte dos estudantes ao se referir ao processo de ensino e faz uma referência arquitetônica de Oscar Niemeyer, criando um espaço escolar que “possibilitava a integração da escola com a cidade e o trânsito livre dos alunos” (TEIXEIRA, 2015).

Mas, apesar de trazer consigo essa conotação de liberdade constituída pelo espaço escolar sem muros, o estudo demonstra que, apesar de não existirem muros físicos que criam uma barreira de acesso, a instituição possui seus outros muros, que se constituía pela severidade do processo seletivo para ingresso no ensino secundário.

Segundo Teixeira (2015):

A alta seletividade determinava que os candidatos a cursar o Colégio investissem em sua preparação não apenas através da inserção nas melhores escolas públicas, mas agregassem uma preparação privada, nos chamados cursinhos. O curso preparatório era, portanto, mais uma condição para a qualificação do candidato ao exame de admissão, o que demandava recursos familiares.

Não havia muros físicos, mas havia muros sociais que se transformavam em empecilhos para o ingresso de estudantes no Estadual Central, que, graças a esta rigorosidade da admissão, acabou se tornando um espaço escolar restrito àqueles que possuíam recursos para se preparar para o ingresso, o que fez da instituição uma referência no que é relativo à excelência do ensino secundário na cidade de Belo Horizonte, mas, de outro lado, desconstruía a concepção de liberdade que havia em seu projeto arquitetônico.

A excelência de ensino e renome que a instituição adquiriu na capital mineira ocorreu em razão de que o “sucesso no interior da escola estava ancorado num conjunto de práticas que avaliam o autogoverno do aluno, o gerenciamento da aprendizagem e o alto grau de exigência da instituição” (TEIXEIRA, 2015).

Para finalizar a temática Colégio Estadual Central, o estudo de Teixeira (2015) recorre à História Oral enquanto suporte metodológico “lançando mão da história oral, através de

entrevistas com ex-alunos e professores, buscando apreender a memória constituída sobre a instituição”.

#### **4. A DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA**

Como foi demonstrado anteriormente nesta revisão, através de uma proposta direcionada para a manutenção da ordem política e econômica no país, os militares instituíram uma série de medidas em diversos campos da sociedade, inclusive na educação, com a imposição de reformas que reestruturaram todo o sistema educacional do país no que tange a questões da estrutura pedagógica e curricular. Assim, o que destacamos é a instituição de novas concepções de disciplinas com objetivos claros de criar um ambiente educacional direcionado pelas diretrizes econômicas e políticas do governo. Entre essas ações, destacamos a implementação da disciplina Educação Moral e Cívica.

A disciplina Educação Moral e Cívica foi reinserida no contexto curricular da educação brasileira através do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, em seu artigo 1º “[...] instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País” (BRASIL, 1969).

A disciplina, ao ser restituída no sistema educacional brasileiro, trazia consigo, nas palavras de Filgueiras (2006), o seguinte objetivo: “[...] a formação ou aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática com o fortalecimento dos valores morais e espirituais da nacionalidade” (p. 79).

Ainda na concepção da disciplina ser usada para moldar uma cidadania que atendia os interesses do governo vigente no Brasil, Katia Abud (1999, p. 151) relata que

Ao não reconhecer História e Geografia como campos epistemológicos independentes e colocá-los, na organização curricular, no mesmo nível e grau de educação moral e cívica e Organização Social do Trabalho, os órgãos públicos ligados à educação admitiam um sentido pragmático para as disciplinas, o de ajustar o indivíduo à sociedade e formar o cidadão pouco consciente [...] sua finalidade maior era preparar o indivíduo para o trabalho.

Preparar o indivíduo para o mercado de trabalho é outro ponto a ser pensado no que se refere à disciplina EMC, pois o governo brasileiro ditatorial estabelecia uma proposta econômica que necessitava da formação de profissionais que atendessem às necessidades laborais do processo. Dessa forma, introduzir um modelo de ensino que crie menos capacidade

de preparo da consciência crítica seria fundamental para a consolidação de profissionais dispostos a exercer suas funções em ambiente do trabalho, é a ideia que se tinha de trazer para o ensino brasileiro as concepções pedagógicas do tecnicismo, que, nas palavras de Menezes (2001), “[...] privilegiava excessivamente a tecnologia educacional e transformava professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária e sem qualquer vínculo com o contexto social a que se destinavam”.

É diante desse ambiente moldado por um estado autoritário e desenvolvimentista que a Educação Moral e Cívica ganha espaço no meio escolar nacional, perdurando nos currículos escolares do nosso país até o ano de 1991, quando o então presidente Fernando Collor de Melo revoga o decreto oriundo do período militar que a instituíra.

Em relação à pesquisa e aos trabalhos relacionados ao descritor “Educação Moral e Cívica”, foi necessário estabelecer um recorte temporal focando a busca apenas em estudos ligados ao período do Regime Militar, que remete ao período histórico de análise do tema proposto no estudo. Nesse sentido, a busca não localizou nenhum estudo apresentado em Reuniões da ANPED, a busca se limitou aos Grupos de trabalhos de História da Educação, Currículo, Estado e Política Educacional, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação.

Apesar de não encontrar nenhum estudo que remetesse ao tema disciplina Educação Moral e Cívica, é possível encontrar uma passagem sobre o assunto no trabalho de Braghini (2015), que já foi apresentado anteriormente nesta revisão, mas que agora apresenta a seguinte colocação sobre a disciplina.

Nas palavras de Braghini (2015), o projeto conservador da Ditadura Civil-Militar buscou na Educação Moral e Cívica uma forma de promover a construção de um espaço escolar que atendesse os anseios do regime. E para isso foi instituída uma disciplina que, entre outras coisas, traria para dentro da escola a concepção de civismo, “proposto aos jovens, era a condensação da ideia de ‘espírito da nação’, ou seja, uma concepção grandiosa em que o Estado e a Família estavam unidos por laços espirituais. Espírito dado ao jovem como uma nova herança da qual a escola seria a guardiã”, sendo esta a única menção à disciplina nos trabalhos que compuseram esta revisão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante salientar que o conhecimento acadêmico sobre a Ditadura Civil-Militar vem ganhando destaque nas últimas décadas, devido à importância que se tem de buscar a

compreensão histórica e política de uma das etapas mais significativas no nosso tempo presente. Mas que, apesar da expansão dos estudos e de análises sobre este momento ainda se encontrarem em pleno desenvolvimento, é uma temática histórica que não se esvazia em razão de sua magnitude e, principalmente, por sua restituição estar sendo atualmente conclamada por grupos e movimentos. A história possui uma importância que pode ser expressa numa lembrança, dita pelo historiador Peter Burke, que “é preciso lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer” e jamais podemos esquecer este momento tão cruel de nossa história política.

Mas, as pesquisas sobre a Ditadura Civil-Militar se tornam cada vez mais diversas e idealizar estudos sobre a perspectiva da historiografia da educação é de grande importância, porque ajudará a identificar as ações estabelecidas pelos governos autoritários do período diante do contexto educacional, por isso a relevância em estabelecer este breve estudo a partir do banco de dados da ANPED.

O que se percebeu, ancorado no objetivo de constatar estudos direcionados para as temáticas Ensino e Ditadura Civil-Militar, Educação Moral e Cívica e Colégio Estadual Central de Belo Horizonte nos anais das reuniões nacionais da ANPED, é que, apesar de a Ditadura Civil-Militar ser um dos temas mais trabalhados recentemente, na historiografia no contexto da História da Educação e em outros grupos de trabalho, ainda há uma produção incipiente.

Quando se tratou de estudos sobre o Ensino e a Ditadura Civil-Militar, foram encontrados dois estudos que não trouxeram objetivos diretos em construir uma análise sobre o contexto educacional, mas sim propuseram construir o entendimento histórico sobre o contexto educacional do período a partir de temáticas como a construção de uma juventude conservadora e uma análise de artigos produzidos pelo professor e pensador brasileiro Anísio Teixeira.

Esses trabalhos trouxeram aportes metodológicos que denotam novas formas de constituir estudos históricos da educação, no caso, uma análise a partir de fontes jornalísticas e outro que trabalhou com a metodologia da história oral, constituindo um estudo a partir da memória dos sujeitos.

Quando se trata a temática da disciplina Educação Moral e Cívica, o que se verificou foi a ausência de estudos relacionados diretamente à disciplina e sua inserção no contexto educacional da Ditadura Civil-Militar.

E sobre o espaço escolar analisado, o Colégio Estadual Central da cidade de Belo Horizonte, o estudo encontrado no repositório da ANPED se refere a uma análise sobre a perspectiva de excelência educacional que remetia à instituição de ensino da capital mineira,

expressando, principalmente, a sua concepção arquitetônica que tinha o objetivo de criar um espaço de liberdade, uma “escola sem muros”, mas que, apesar de não se encontrar esta barreira física, os muros da escola se conotavam de outra forma, no seu processo seletivo, analisado no trabalho como um dos mais concorridos da época e possuidor de uma severidade seletiva.

Diante desses estudos, percebe-se ainda uma lacuna para a construção de uma análise sobre o uso da Educação Moral e Cívica enquanto elemento político do Regime Militar sobre o meio educacional, baseando essas análises nos seus rituais, representações, cultos, eventos e práticas e tendo uma instituição de ensino para servir de campo para a construção desta investigação, sendo este o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

Trabalhos no campo da História da Educação, tendo como recorte temporal a Ditadura Civil-Militar, se tornam relevantes para entender como os militares “verdes-oliva” usaram de todas as armas para moldar uma sociedade baseada em suas diretrizes e perspectivas de governo estruturado mediante o ideal da repressão, do silenciamento e do cerceamento das liberdades, sendo a educação um dos setores que sofreu maior interferência do Estado repressor.

## REFERÊNCIAS

ABREU, V. K. & FILHO, G. I. A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. *Revista HISTEDBR On-line*, 125-134. 2006. Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11\\_24.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.

ABUD, K. M. Conhecimento histórico e ensino de história: a produção do conhecimento histórico escolar. In: K. M. Abud, M. A. Schmidt; CAINELLI, M. R. (org.). *III encontro: perspectivas do ensino de história* (p. 149-156). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BRAGHINI, K. M. Z. Juventude e pensamento conservador no Brasil. A constituição de uma “vanguarda brasileira” em tempos de Ditadura Civil-Militar (1961-1970). *37ª Reunião Nacional da Anped*. 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT02-3636.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. *Decreto-lei nº 869, de setembro de 1969*. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. 1969. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. *Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. 1971. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 13 dez. 2021.

FILGUEIRAS, J. M. O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: A construção de uma disciplina. *Anais do VI congresso Luso-Brasileiro de História da*



*Educação*, Uberlândia, Minas Gerais. 2006. Disponível em:

[www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

GIANNAZI, C. *A doutrina de segurança nacional e o milagre econômico (1969/1973)*. São Paulo: Editora Cortez, 2013

GOUVEA, M. C. S; LISBOA, A. H. Colégio Estadual Central: autogoverno e produção social da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). *Educação em Revista*, v. 32, n. 01, p. 261-286, 2016. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/edur/v32n1/1982-6621-edur-32-01-00261.pdf](http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n1/1982-6621-edur-32-01-00261.pdf). Acesso em: 22 dez. 2021.

GOUVEIA, F. C. F. *Entre sombras e ameaças: os artigos do intelectual Anísio Teixeira no Jornal Folha de São Paulo em 1968*. 36ª Reunião Nacional da Anped. 2013. Recuperado de: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt02\\_trabalhos\\_pdfs/gt02\\_2565\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt02_trabalhos_pdfs/gt02_2565_texto.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

LUNA, S. *Planejamento de pesquisa: uma introdução – elementos para uma análise metodológica*. São Paulo: EDUC, 2002.

MENEZES, E. T.de; SANTOS, T.H. dos. Verbetes pedagogia tecnicista. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix. 2011. Disponível em: [www.educabrazil.com.br/pedagogia-tecnicista/](http://www.educabrazil.com.br/pedagogia-tecnicista/). Acesso em: 21 dez. 2021.

SAVIANI, D. O legado educacional do Regime Militar. *Caderno Cedes Campinas*, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2009. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis, 2005

SILVA, J.C. História da Educação: Instituições escolares como objeto de pesquisa. *Revista Educere et Educare*, v. 4, p. 8, p. 213-231, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/3725/2932>. Acesso em: 16 dez. 2021.

TEIXEIRA, A. H. L. *A produção social de excelência no ensino secundário: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1964)*. 37ª Reunião Nacional da Anped. 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT02-4505.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VIEIRA, E. *A república brasileira (1951-2010): De Getúlio a Lula*. São Paulo: Editora Cortez, 2015.